

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

NOVAS TERRITORIALIDADES NA FRONTEIRA BRASIL - COLÔMBIA: DESLOCAMENTO
POPULACIONAL E ATUAÇÃO DA GUERRILHA

Licio Caetano do Rego Monteiro (UFRJ)

Novas Territorialidades na Fronteira Brasil–Colômbia: Deslocamentos Populacionais e Atuação da Guerrilha

Resumo

A intensificação do conflito armado colombiano, nos últimos dez anos, e as ações do Plano Colômbia, empreendidas bilateralmente pelos EUA e pela Colômbia entre 1999 e 2005, têm revalorizado as fronteiras colombianas como espaço de refúgio para a população civil e para os grupos armados ilegais. O recorte espacial escolhido para analisar os efeitos do conflito colombiano é a zona de fronteira internacional entre Brasil e Colômbia. Utilizamos a caracterização introduzida pelo Grupo RETIS, que distingue a faixa de fronteira como “uma concepção de jure, associada aos limites territoriais do poder do Estado” e a zona de fronteira como “um espaço de interação, uma paisagem específica, com espaço social transitivo, composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional” (RETIS, 2005). Os deslocamentos populacionais e a presença dos atores armados na zona de fronteira são os dois tópicos escolhidos para analisar as incidências do conflito colombiano no espaço fronteiriço entre Brasil e Colômbia, devido a sua importância e à possibilidade de realizar uma comparação com os demais países vizinhos à Colômbia.

1. Introdução

Diversos estudos sobre as fronteiras colombianas têm se concentrado nos assuntos relativos à guerra interna que se intensificou a partir das ações do Plano Colômbia e seus efeitos nos espaços fronteiriços. Dentre os elementos que contribuem para esse novo enfoque, destacamos o deslocamento populacional para os países vizinhos e o uso do espaço fronteiriço pelos atores armados legais e ilegais. Embora tais aspectos não tenham surgido recentemente, sua relevância para os fluxos transfronteiriços e nas relações inter-estatais na região andino-amazônica coincide com o agravamento do conflito.

Plano Colômbia, entre 1999 e 2005

Os anos 90 foram marcados por uma mudança na estrutura produtiva do tráfico de drogas na América do Sul, tornando a Colômbia o principal país produtor de coca e de cocaína. Assim, as características do combate ao tráfico de drogas e suas implicações nas relações interestatais entre os países da região andina, os Estados Unidos e os demais países estiveram marcadas nos últimos dez anos pelos conflitos colombianos em suas variadas dimensões. O Plano Colômbia representou um novo marco na estrutura do tráfico de drogas e em seu combate. Os impactos do Plano Colômbia estão relacionados ao grau de envolvimento dos Estados Unidos (CAYCEDO, 2001) e os seus efeitos para além das fronteiras colombianas (RAMÍREZ, 2004).

O Plano Colômbia pode ser definido como uma ação implementada bilateralmente entre os governos dos EUA e da Colômbia para atingir quatro objetivos: a) negociação com os grupos armados; b) luta contra o narcotráfico; c) recuperação econômica e social e d) desenvolvimento institucional (VARGAS, 2003: 47). Com o título de *Plan for Peace, Prosperity, and the Strengthening of the State*, o Plano Colômbia propriamente dito foi empreendido com o aporte de US\$ 1,5 bilhão do Congresso dos EUA e teve como foco de sua estratégia as fumigações aéreas das áreas de cultivo ilícito e o combate à insurgência. Nos dois primeiros anos de vigência do Plano Colômbia, os recursos destinados à militarização e à fumigação somaram mais de três quartos do total dos recursos provenientes dos EUA.

Como estratégia de prosseguimento do Plano Colômbia após o biênio inicial e como marco das mudanças advindas com a subida de George W. Bush à Presidência dos EUA, é lançada a Iniciativa Regional Andina em maio de 2001. A principal mudança entre a política definida por Bush e a anterior se deu por conta das perspectivas de regionalização e transbordamento do

conflito colombiano para os países vizinhos e da percepção de que o combate ao tráfico de drogas deveria envolver os demais países da região e englobar outras questões, como a democracia e o desenvolvimento regional. Assim, dos US\$ 626 milhões propostos inicialmente para a Iniciativa Regional Andina, pouco mais de 50% se referiam a ações na Colômbia, enquanto o restante se destinava para a Bolívia e o Peru, num primeiro plano, e para o Equador e a Venezuela, secundariamente. Cabe ressaltar que esses valores não incluem o pacote militar do Departamento de Defesa para a região (CUBIDES, 2005: 44).

Enquanto a Iniciativa Regional Andina era um meio de marcar uma diferença entre o momento inicial e o momento seguinte do Plano Colômbia, é a ocorrência dos atentados de 11 de setembro e a linha de ação assumida posteriormente que vão definir os novos marcos da ação norte-americana. Como afirma Ricardo SOBERÓN, embora o conceito de “narcoterrorismo” tenha surgido em 1983 e sido utilizado em várias ocasiões posteriores, “nunca había encontrado un momento tan propicio para generar consenso regional y mundial acerca de la confluencia de intereses entre terrorismo y drogas, que aquel surgido después del 11 de septiembre y de la segunda Guerra del Golfo” (2004: 30).

Depois de cinco anos de vigência, o Plano Colômbia chega oficialmente ao seu término sem que muitos de seus objetivos tenham sido alcançados. O principal deles, o combate às drogas, foi reconhecidamente fracassado. Enquanto os dados apontam uma diminuição nas áreas de cultivo de coca na Colômbia, constata-se que a oferta de cocaína se manteve estável e o preço caiu.

Contexto Regional do Plano Colômbia

Desde o início do Plano Colômbia já se tinha a perspectiva de sua regionalização, visto que o conflito colombiano já ocasionava diversos efeitos que iam além das fronteiras colombianas. Segundo RESTREPO (2004), para entender o posicionamento dos países vizinhos frente ao Plano Colômbia temos que levar em conta o marco político internacional, e nele o papel preeminente dos EUA, e a dinâmica interna do conflito colombiano. Já Arlene TICKNER, destaca que “las consecuencias objetivas de la regionalización de la crisis colombiana (...) dependen en gran medida de las dinámicas políticas internas de cada país y la forma en que sus representantes articulan temas específicos de seguridad” (2005: 14).

Longe de colocar os dois enfoques em oposição, mas em complementaridade, nosso esquema poderia ser resumido, para efeitos de análise, nos seguintes processos interativos: a)

dinâmica interna do conflito social colombiano; b) relação dos EUA com a Colômbia especificamente; c) relação dos EUA com os países da América latina, particularmente com os países da região andino-amazônica; d) a interação entre a Colômbia e seus vizinhos na região andino-amazônica; e) dinâmica interna de cada país da região andino-amazônica. A ordem exposta não representa uma hierarquia, mas a separação esquemática de processos que sofrem interferências mútuas.

O destaque para o caso colombiano se justifica por ser ainda a Colômbia, nos fatos e nos discursos, o elemento chave para os processos geopolíticos abordados. Mesmo com a formulação regional adquirida pelo Plano Colômbia a partir da Iniciativa Regional Andina, o foco das ações e dos problemas a serem combatidos continuou sendo a Colômbia. A própria Iniciativa Regional Andina teve como motivação mitigar os efeitos negativos resultantes da intervenção na Colômbia.

Por outro lado, fica cada vez mais claro que alguns dos efeitos colaterais do “remédio” aplicado pelos EUA à Colômbia são na verdade efeitos intencionais que se referem a um reforço preventivo da hegemonia norte-americana na região para melhor se posicionar frente às ameaças vindas de “baixo” – movimentos sociais com perspectiva de poder, guerrilhas, “bolivarianismo”, etc. – e do “lado” – concorrência econômica com os blocos europeus e asiáticos. Nesse contexto de concorrência, a implementação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) passa a ter um papel fundamental para a estratégia de garantia da hegemonia econômica dos EUA no sistema mundial atual. Outro fator fundamental é a política de segurança e defesa aplicada pelos EUA, com o objetivo de coesionar-se internamente e impor suas prioridades de segurança aos demais países do mundo. Como não há mais uma ameaça de uma potência política e militar concorrente – como antes fora a URSS –, a ameaça agora são principalmente as redes terroristas e os Estados bandidos (“*rogue states*”) que possam servir de base para suas operações.

Dentre os efeitos intencionais podemos listar: militarização dos países fronteiriços à Colômbia com financiamento e aporte logístico e de inteligência dos EUA; orientação das Forças Armadas nacionais para atuar contra crime organizado, também com colaboração norte-americana; isolamento e desestabilização dos países não alinhados – caso da Venezuela –; obstrução de possíveis iniciativas regionais que representem um ganho de poder em favor dos países subordinados frente à negociação com os EUA em diversas questões; abertura econômica e ajuste fiscal das economias nacionais.

Para entender os efeitos e processos regionais relacionados ao Plano Colômbia há que se fazer uma distinção entre os efeitos percebidos na dinâmica local dos espaços fronteiriços e na dinâmica interestatal dos centros de decisão política dos países em questão, considerando a interação existente entre essas duas dinâmicas.

A partir da bibliografia consultada, foram escolhidos os seguintes indicadores para identificar e medir os efeitos territoriais do Plano Colômbia nas zonas de fronteira dos países vizinhos à Colômbia: deslocamento populacional, resultando em um contingente de refugiados que buscam proteção nos países vizinhos, e ação dos atores armados nas fronteiras.

2. Deslocamento Populacional

Conceito de “Desplazado”

O deslocamento populacional é caracterizado pela ocorrência de cidadãos colombianos fora de suas jurisdições de origem devido a ameaças à sua segurança. O conceito de deslocado (*desplazado*) foi incorporado pela legislação colombiana e se refere a

“pessoas que são forçadas a migrar dentro do território nacional, abandonando seu local de residência ou atividades econômicas habituais, porque sua vida, integridade física, seguridade ou liberdade pessoal tenha sido violada ou se encontra diretamente ameaçada, devido a qualquer uma das situações seguintes: Conflito armado interno, distúrbios e tensões internas, violência generalizada, violações massivas aos Direitos Humanos, infrações ao Direito Humanitário Internacional ou outras situações relacionadas às situações anteriores que podem alterar ou alteram drasticamente a ordem pública (Lei 387 de 1997 apud PÉREZ, 2001).”

Quando o deslocamento se dá em direção a outro país, o deslocado pode vir a ser caracterizado como refugiado, conceito criado pela ONU, em 1951. A distorção entre o número de deslocados e de refugiados ocorre porque geralmente apresentam como refugiados somente aqueles reconhecidos oficialmente por organizações internacionais ou que requerem proteção oficial. A maior parte dos deslocados internacionais, no caso da Colômbia, não são identificados oficialmente como refugiados.

Deslocamento para Venezuela, Panamá e Equador

No caso do deslocamento em direção à Venezuela, Rafael ÁLVAREZ (2002) afirma que tal fluxo remonta a outros períodos de violência na Colômbia e que, além do conflito colombiano,

migrações por razões econômicas ocorrem frequentemente desde o *boom* petrolífero na Venezuela nas décadas de 60 e 70, tendo aumentado a partir da década de 90, com a maior integração econômica entre os dois países. Nos últimos anos, com o agravamento e a incorporação de novas zonas à dinâmica do conflito colombiano, tem aumentado a presença de refugiados colombianos nos municípios venezuelanos de fronteira. As regiões de Catatumbo e Perijá tem sido as mais afetadas.

Em finais do ano 2000, contabilizavam mais de 30 refugiados colombianos, com previsão de mais 500 nos meses seguintes (FERNÁNDEZ et al, 2002: 105). Em 2004 já se estimava em 15 mil o número requerentes de proteção especial, num quadro geral 130 mil a quantidade de colombianos indocumentados na Venezuela (KORNBLITH, 2004: 132). Tal realidade acarretou na inclusão do direito de asilo e refúgio na Constituição Bolivariana de 1999 e na posterior formulação da Lei Orgânica sobre Refugiados e Asilados, em 2001, depois de diversas críticas de entidades de direitos humanos ao repatriamento forçado praticado pelas autoridades venezuelanas na fronteira (KORNBLITH, 2004: 134).

No caso do Panamá, ocorre a sobreposição de migrantes econômicos e refugiados, dificultando o correto tratamento para os colombianos que chegam à fronteira do Panamá. Carla POUSSA enumera algumas conseqüências desestabilizadoras para a região fronteiriça, como “el incremento de problemas sociales varios (...); el aumento de actividades delictivas; la explotación irracional de los recursos naturales renovables, problemas derivados del uso legal de la tierra por parte de la población panameña (indígenas y colonos); esporádicos resentimientos entre los habitantes panameños y los colombianos irregulares” (2004: 192).

O informativo da Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento (CODHES) é mais enfático ao caracterizar o duro tratamento concedido aos deslocados colombianos que buscam refúgio no Panamá. Uma série de restrições ao conceito de refugiado torna praticamente impossível o enquadramento dos deslocados colombianos nessa situação, o que abre espaço para segregação, repatriações forçadas e deportações (CODHES, 2004).

No caso do Equador, o deslocamento populacional se intensificou nos anos do Plano Colômbia, devido a fatores como a ofensiva do exército colombiano nas áreas controladas pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) nos departamentos fronteiriços colombianos, as dificuldades de abastecimento na fronteira devido às táticas da guerrilha e do exército, a constante iminência de conflitos armados entre os diversos atores, além dos massacres

e dos assassinatos de civis (CEBALLOS e SUÁREZ, 2004: 68). O número de deslocados e de solicitações de refúgio no Equador cresceu bastante desde 1999. Em 2000, de um total de 15 mil refugiados colombianos, 12 mil foram para o Equador, embora 90% tenham retornado à Colômbia posteriormente.

Se no início a maioria das solicitações de refúgio era aceita, a partir de 2000 o controle se intensificou, principalmente após a criação dos Centros de Atenção e Controle de Fronteira (CENAF), criados para facilitar os serviços aos migrantes, mas que acabam servindo à triagem de elementos não desejados, que são devolvidos à Colômbia (ANDRADE, 2004: 83). Por outro lado, o deslocamento de refugiados para o Equador abriu uma oportunidade para o recebimento de recursos internacionais, que ajudaram a mitigar os efeitos negativos dos súbitos fluxos populacionais (RAMÍREZ, 2004: 62). Nesse mesmo contexto, o Equador foi beneficiado com recursos da Iniciativa Regional Andina, recebendo US\$ 46,855 milhões do governo norte-americano para conter a regionalização do conflito (CAEI, 2004: 111).

Deslocados na fronteira Brasil - Colômbia

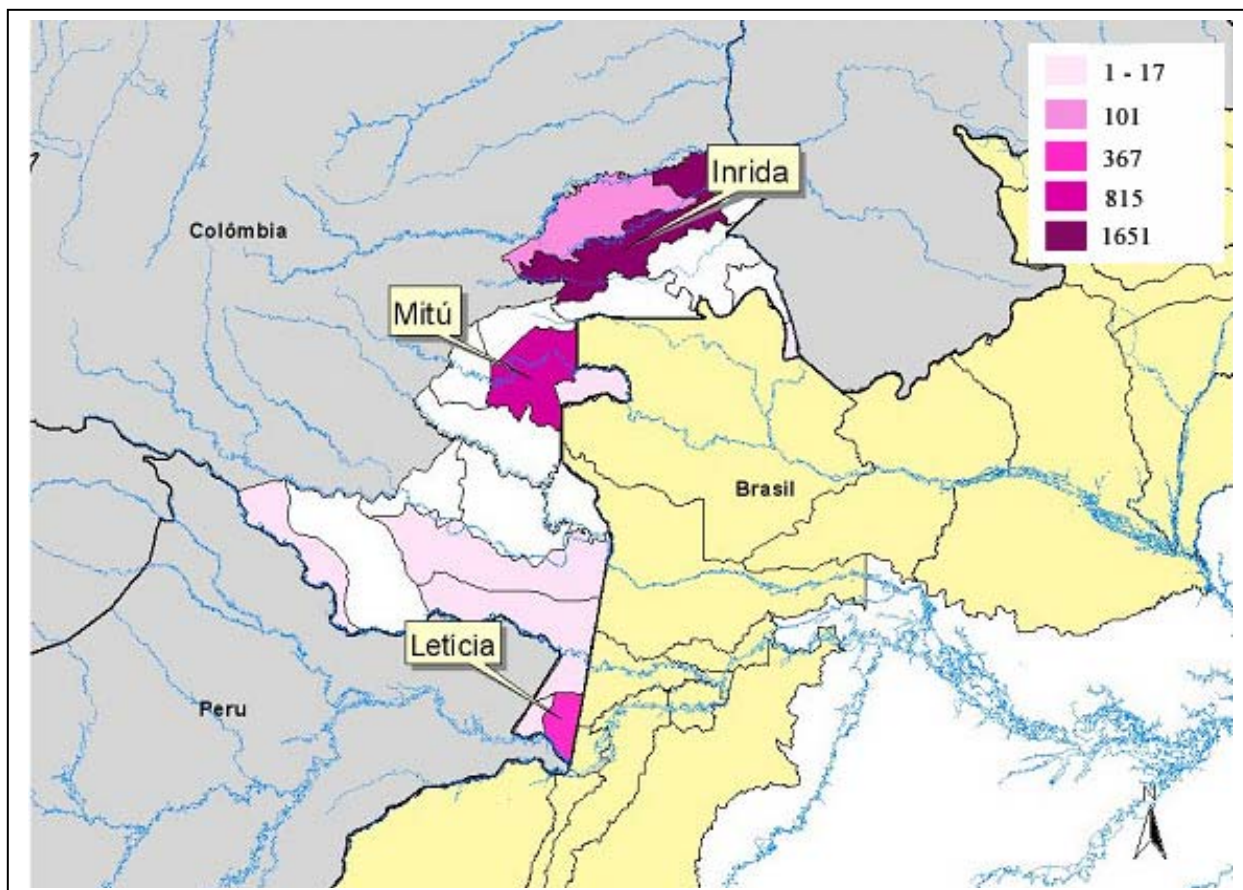
Uma fonte para averiguar a eventual pressão populacional da Colômbia em relação ao Brasil são os dados de chegada de população deslocada (*desplazados*) nos municípios colombianos da zona de fronteira internacional com o Brasil fornecidos pelo CODHES em cifras trimestrais entre 1999 e 2005. Tais dados não revelam a existência de refugiados colombianos no Brasil, mas apontam o contingente populacional nas fronteiras com potencial de buscar refúgio no país por razões humanitárias. Uma análise dos números indica um aumento consistente do número de desplazados, entre 2001 a 2005, e uma concentração espacial dos fluxos nas capitais departamentais (em negrito). Apesar desse acréscimo, o número de deslocados ainda é pequeno se comparado com as fronteiras colombianas com outros países vizinhos.

Tabela 1: Deslocados nos municípios dos departamentos colombianos limítrofes ao Brasil

Departamento	MUNICIPIO	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005*	Total
AMAZONAS	LETICIA	0	0	30	46	99	118	74	367
AMAZONAS	EL ENCANTO	0	0	0	0	0	0	8	8
AMAZONAS	LA PEDRERA	0	0	0	0	17	0	0	17
AMAZONAS	PUERTO ALEGRIA	0	0	0	0	0	0	0	0
AMAZONAS	PUERTO ARICA	0	0	0	0	0	0	0	0
AMAZONAS	PUERTO NARIÑO	0	0	0	0	13	0	0	13
AMAZONAS	TARAPACA	0	0	0	0	7	0	0	7
GUAINIA	INIRIDA	0	0	50	120	160	465	848	1651
GUAINIA	BARRANCO MINAS	0	0	0	0	0	101	0	101
GUAINIA	MAPIRIPANA	0	0	0	0	0	0	0	0
GUAINIA	SAN FELIPE	0	0	0	0	0	0	0	0
GUAINIA	PUERTO COLOMBIA	0	0	0	0	0	0	0	0
GUAINIA	LA GUADALUPE	0	0	0	0	1	0	0	1
GUAINIA	CACAHUAL	0	0	0	0	0	0	0	0
GUAINIA	PANA PANA	0	0	0	0	0	0	0	0
GUAINIA	MORICHAL NUEVO	0	0	0	0	0	0	0	0
VAUPES	MITU	0	0	0	0	26	421	368	815
VAUPES	TARAIRA	0	0	0	0	0	0	0	0
VAUPES	YAVARATE	0	0	0	0	0	13	0	13
VAUPES	ACARICUARA	0	0	0	0	0	0	0	0
VAUPES	VILLA FATIMA	0	0	0	0	0	12	0	12

*até setembro de 2005

Mapa 1: Deslocados Colombianos na Fronteira com o Brasil (1999-2005)



A situação da migração internacional na Amazônia brasileira é de difícil aferição devido à falta de documentação desses imigrantes. Um estudo sobre a migração indocumentada no Estado do Amazonas, realizado por BRASIL, MOURA e SANTOS (2000) analisou dados do IBGE, Superintendência da Polícia Federal (PF) e do Serviço Pastoral do Migrante (SPM). A hipótese levantada pelo estudo citado foi de que havia uma subestimação da imigração estrangeira pelos dados do IBGE e, secundariamente, uma superestimação dessa imigração se levados em conta o excedente dos dados de entrada e saída da Polícia Federal, já que nestes estavam contabilizados registros de movimentos de entrada/saída de um mesmo indivíduo. Já o Serviço Pastoral do Migrante estimava um número aproximado de 40 mil imigrantes legais, ilegais e clandestinos no Estado do Amazonas. Dados qualitativos desses imigrantes só puderam ser inferidos a partir do número de estrangeiros atendidos pelo SPM, que indicavam, entre 1997 e 2000, uma predominância de imigrantes peruanos, na ordem de centenas, e, secundariamente, de colombianos e venezuelanos, na ordem de dezenas.

Uma reportagem recente da Folha de São Paulo (05/03/2006) indica um quadro bem diferente, apontado pelo Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR) e pela Pastoral da Mobilidade Humana da Diocese do Alto Solimões. Uma missão da ACNUR na Amazônia, realizada em fevereiro de 2006, inferiu uma quantidade de quatro mil colombianos indocumentados somente nessa região. Juntamente com a Polícia Federal, a missão identificou ainda cerca de mil índios colombianos que passaram a viver no Brasil com suas tribos irmãs, como, por exemplo, cinquenta índios Ticuna que migraram para Tabatinga-AM.

Na mesma reportagem, o padre Gonzalo Franco, representante da Pastoral supracitada, caracterizou os migrantes colombianos, seus destinos no Brasil e suas redes de apoio. Os colombianos entram no Brasil por Tabatinga via Letícia – cidade colombiana separada de Tabatinga por uma avenida – e não encontram dificuldades de trânsito devido à não exigência de visto. O destino final pode ser a própria cidade de Tabatinga, cidades próximas, como Benjamin Constant e Atalaia, ou mais distantes, como Manaus. Há os que retornam para Letícia, na Colômbia, podendo voltar ao Brasil em caso de ameaças.

A maioria permanece indocumentada em território brasileiro e não procura legalizar sua situação, o que traz receios de uma crescente marginalização dos recém-chegados, visto que o seu sustento se limita a atividades informais. A Igreja Católica, através da Pastoral da Mobilidade Humana e das conexões com a Igreja na Colômbia, acaba sendo a rede apoio com a qual os colombianos podem contar. Dentre os refugiados se encontram mulheres, crianças e famílias inteiras, que chegam desprovidos de seus pertences e sem colocação econômica. A atividade da Igreja consiste em procurar abrigo e recolher doações para os refugiados. Tanto a Pastoral quanto o ACNUR apresentam o conflito armado como principal fator de repulsão dos refugiados da Colômbia. Embora a reportagem enfatize a ameaça das FARC, os exemplos apresentados dão conta da ameaça também dos paramilitares.

A maior preocupação das autoridades brasileiras com a situação dos refugiados colombianos é também um aspecto que reforça a conclusão de que este problema vem assumindo maiores proporções nos últimos anos. Desde 2003 já foram aceitas 105 solicitações de refúgio de colombianos. Em 2004, foram reassentados 75 refugiados colombianos provenientes do Equador e da Costa Rica (CODHES, 2005: p. 37). Ainda segundo o boletim do CODHES, as autoridades brasileiras anunciaram a disponibilidade de aceitar pelo menos 275 refugiados em 2005 (p. 38).

3. Presença dos atores armados colombianos na fronteira brasileira

A atuação dos atores armados nas fronteiras está relacionada à evolução do papel que o território e as fronteiras têm no conflito colombiano. Têm sido comum na imprensa, nos últimos dez anos, enunciados de que as FARC e o Exército de Libertação Nacional (ELN) dominam cerca de 40% do território colombiano e estão às portas de Bogotá, capital da Colômbia. Outro enfoque comum é o de que as fronteiras colombianas têm sido um espaço privilegiado de atuação da guerrilha, que se aproveita da “porosidade” das fronteiras para estabelecer seus “santuários”. Tais considerações têm por objetivo dimensionar o poder das organizações guerrilheiras e a ameaça que elas representam para o Estado colombiano e para os países vizinhos. Porém o controle de extensões territoriais, apesar de ser um fator importante para medir o poder dos grupos armados, não é a única fonte desse poder.

Segundo Daniel PÉCAUT (2004), a referência à territorialização do conflito colombiano assume diferentes conotações: a territorialidade, o controle territorial, o controle estratégico e a infiltração territorial (p. 27-28). Com a expansão da guerra, mais recentemente, aponta-se para uma desterritorialização da guerra, iniciada pela crescente fragilidade dos vínculos entre os atores armados e áreas estáveis de controle e vínculos com populações locais. Alguns aspectos são ressaltados para sustentar essa visão: o centro do conflito tem se deslocado para fora das zonas de forte controle territorial dos diferentes atores; a maior mobilidade das unidades tanto das Forças oficiais quanto da guerrilha; a valorização de territórios estratégicos em disputa, mais do que de territórios estáveis para o controle. (PÉCAUT, 2004: p. 29).

A crescente importância dos seqüestros e das ações de sabotagem dentre as ações da guerrilha se orienta mais para os efeitos políticos nacionais de desestabilização política do que para a busca de apoio local da população. Da mesma forma, os massacres e assassinatos seletivos realizados por paramilitares e de militares muitas vezes têm mais efeitos gerais de intimidação do que propriamente um cálculo do seu efeito local (PÉCAUT, 2004: p. 30). Soma-se a esse fato a fragmentação de áreas contíguas de controle exercido por um ou outro grupo armado, implicando na extrema proximidade entre grupos rivais em uma dada região, com grande alternância e mobilidade no controle de cada grupo (PÉCAUT, 2004: p. 31).

Se cada vez mais áreas estão sendo incorporadas ao conflito, é de se esperar que as fronteiras colombianas também sofram um rebatimento dessa nova dinâmica da guerra. Em relação aos conflitos nos departamentos de fronteira, uma caracterização do CODHES diferencia

zonas de intensificação, zonas de continuidade e zonas de expansão do conflito (2005: p.). Mas segundo PÉCAUT, as fronteiras colombianas têm sido incorporadas no conflito por duas causas principais: uma é a pressão das Forças oficiais colombianas, que fazem as guerrilhas buscarem nas fronteiras sua zona de retaguarda; outra é a importância estratégica das fronteiras para as rotas de contrabando (2004: p.79).

Os departamentos fronteiriços ao Brasil já aparecem como zonas de expansão do conflito, segundo caracterização do CODHES (2005). A baixa ocorrência de operações de guerrilha na fronteira brasileira pode estar relacionada a outras funções que esta fronteira cumpre na estratégia das FARC-EP, como as funções de refúgio, abastecimento, apoio logístico e entrada de armas.

Metodologia para o mapeamento dos eventos

Para caracterizar a função da fronteira brasileira para as atividades da guerrilha, partimos de um levantamento sistemático de notícias obtidos na página do Ministério das Relações Exteriores (www.mre.gov.br), em sua Seleção Diária de Notícias Nacionais, que dá acesso ao texto de jornais e revistas de grande circulação nacional de julho de 2003 em diante. A seleção das notícias disponibilizadas pela página é feita de temas internacionais e de interesse da diplomacia e das relações internacionais do Brasil. Desse universo, foram selecionadas as notícias através de palavras-chaves (Ex: COLÔMBIA, FARC, etc). Posteriormente, descartamos as notícias cujo título destoava do assunto e, por fim, a leitura das notícias restantes encerrava a seleção de notícias. Com uma média de quarenta notícias por mês entre julho de 2003 e abril de 2006, o banco de dados formado pôde servir como subsídio à pesquisa.

As fontes jornalísticas não são detentoras de verdades, nem desprovidas de intencionalidade. Pelo contrário, reside na divulgação de um relato, dentre tantos possíveis, como um fato objetivo e verídico a principal fonte da manipulação das informações pela imprensa. Porém, os procedimentos retóricos utilizados pela mídia para a construção da ‘realidade fenomênica’ não foram investigados no nosso caso. Fazemos o uso de um tratamento mais pragmático – e limitado – das fontes jornalísticas, a partir de três procedimentos de pesquisa.

O primeiro é uma análise sistemática de notícias sobre um determinado assunto, com o objetivo de extrair uma narrativa a partir da concatenação da seqüência temporal dos relatos jornalísticos. É o caso das notícias sobre as incursões guerrilheiras na fronteira Brasil-Colômbia. O segundo procedimento é uma análise sintomática de um relato jornalístico singular apresentado

fora de seqüência, mas que represente um exemplo ou um sintoma, de algo que pode ser mais bem aprofundado a partir de outras fontes. O terceiro é a obtenção de dados e informações feita por pesquisadores e agências cujas fontes não são identificadas ou localizadas, o que dificulta a busca dos dados originais.

Vulnerabilidade e convivência da população fronteiriça

A partir da análise da territorialidade das FARC e da função que as fronteiras cumprem em sua estratégia de ação, podemos verificar alguns casos que indicam a presença das FARC nas fronteiras brasileiras e depreender daí a função que tal fronteira especificamente cumpre na estratégia territorial da guerrilha. Destacamos o tráfico de armas, de drogas e de combustível, o abastecimento médico e alimentício.

A entrada de armas para os traficantes e grupos armados colombianos através do Brasil é assunto reconhecido por autoridades no Brasil, na Colômbia e nos Estados Unidos (MENDEL, 2002; ABREU, 2004). Sobre os corredores do tráfico de armas há um consenso de que estes são compartilhados com os corredores de drogas que vêm da Colômbia. Houve alguns registros na imprensa sobre o tráfico de armas nas fronteiras com a Colômbia.

Em 2002, uma lancha que se recusou a ser revistada foi afundada nas proximidades de Vila Bittencourt por uma patrulha do Exército, que encontrou armas dentre os carregamentos da lancha. Em janeiro de 2003, um barco com armas foi apreendido no mesmo local (ESP, 07/09/2003).

Em março de 2004, refinarias de cocaína, supostamente protegidas pelas FARC, foram encontradas e destruídas às margens do rio Vaupés, na Colômbia, a 120 km do limite com o Brasil. Segundo a reportagem, a droga era trocada por armas e munição que chegavam em vôos clandestinos do Brasil e pousavam em Barrancomina e Guainía (sic) e registros de controle apreendidos indicavam que armas importadas chegariam por São Gabriel da Cachoeira e seguiriam ate acampamento das FARC (ESP, 24/03/2004). Em abril de 2004, o Exército colombiano anunciou a apreensão de armas das FARC numa aldeia de Letícia e num apartamento em Bogotá (ESP, 16/04/2004). Em junho de 2004, foi anunciado pelo Comando Militar da Amazônia que as FARC planejavam um ataque ao 2º Pelotão Especial de Fronteira do Exército Brasileiro, com a finalidade de obter armas, munições, suprimentos médicos e alimentos (ESP, 27/06/2004). Pelo desenrolar das notícias parece que o ataque não foi realizado. Em setembro de

2004, a Polícia Federal apreendeu granadas caseiras em embarcação que vinha da tríplice fronteira entre Brasil, Venezuela e Colômbia. As granadas teriam sido levadas a San Felipe, onde as FARC têm uma base, mas foram recusadas. Além das granadas, foi encontrado combustível e pasta base de cocaína (FSP, 10/09/2004).

Com relação ao abastecimento de medicamentos, um caso em especial chamou a atenção da Polícia Federal, quando um barco à deriva foi encontrado num rio em São Gabriel da Cachoeira após uma tempestade. No barco foram descobertos lotes do medicamento Glucantime – remédio para leishmaniose –, munição e um isopor com dinheiro, o que levou à hipótese de que tais medicamentos fossem destinados à guerrilha (ESP, 23/03/2005). A delegacia de Tabatinga também registrou apreensões do mesmo medicamento (CB, 23/03/2005). O remédio não era comercializado e ficou constatado que cinco lotes desse medicamento foram desviados da Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas (ESP, 23/03/2005).

Em setembro de 2003, uma reportagem do Estado de São Paulo apontou uma rede de inteligência e apoio logístico das FARC se constituindo a partir da cidade de Letícia, capital do departamento colombiano do Amazonas. Controlando os cursos dos principais rios que ligam a Colômbia ao Brasil, as FARC cobram taxas sobre a extração de madeira, o garimpo e o comércio fluvial de mercadorias. Os rios mais afetados eram o Putumayo/Içá e o Caquetá/Japurá, segundo a reportagem (ESP, 07/09/2003).

Há registro de ameaças a aldeias indígenas, bem como de “promiscuidade” entre nacionais, até mesmo de indígenas das próprias aldeias ameaçadas, e guerrilheiros, o que preocupa o Estado brasileiro (ABREU, 2004: p. 25). Dois episódios recentes repercutiram na imprensa chamando a atenção para a vulnerabilidade das populações indígenas na fronteira com a Colômbia.

Em 2003, a localidade de Tunuí, a 250 km da sede municipal de São Gabriel da Cachoeira, foi identificada pela Polícia Federal como foco de ação de traficantes, após diversas denúncias dos índios *baniwa*. De acordo com as denúncias, homens camuflados montaram acampamento, controlavam trilhas na floresta e operavam uma pista clandestina, que fora destruída pela Força Aérea Brasileira após sua descoberta (ESP, 25/11/2003). Segundo o delegado Mauro Spósito, do lado colombiano havia outra pista, provavelmente em Guaviare, departamento identificado como área das FARC, de onde provinha a cocaína que seria armazenada no Brasil e exportada em grandes quantidades via Suriname (FSP, 06/11/2003; ZH, 06/11/2003). Embora a identificação

de que os camuflados eram guerrilheiros fosse apenas uma suspeita da Polícia Federal, todos os jornais que noticiaram o fato davam como certo que as FARC estariam atuando no Brasil.

O caso mais recente ocorreu em agosto de 2005, quando dois brasileiros desertaram da Frente 16 das FARC, que atuava no departamento colombiano de Vichada. Um dos brasileiros morreu na fuga. Segundo o sobrevivente, conhecido apenas pelo apelido de Ronaldinho, eles dois estavam na Venezuela, trabalhando com garimpagem, quando foram convidados para uma festa num acampamento das FARC em San Felipe, município colombiano na fronteira entre Venezuela e Brasil (ESP, 19/08/2005; FSP, 20/08/2005). Proibidos de sair do acampamento guerrilheiro, os dois foram recrutados para servir às FARC fazendo contato com a população no departamento de Vichada. Chegaram a participar de dois combates entre a frente guerrilheira e o Exército colombiano (FSP, 20/08/2005). A rota de fuga do brasileiro se deu a partir do município de Cumaribo, seguindo pelo rio Vichada até encontrar uma patrulha do Exército colombiano, onde se entregou (ESP, 19/08/2005; FSP, 20/08/2005). O brasileiro denunciou que durante o período em que esteve servindo às FARC soube do seqüestro de 50 indígenas brasileiros, que seriam usados como “mulas” do tráfico de cocaína ou serviriam à guerrilha (FSP, 20/08/2005; ESP, 21/08/2005).

Enfrentamentos entre atores armados colombianos e militares brasileiros

Em um artigo publicado na *Military Review*, em 2001, e reproduzido na *Revista do Exército Brasileiro*, em 2002, o coronel da reserva do Exército dos EUA Willian Mendel faz uma cronologia das incursões da guerrilha colombiana no Brasil. Segundo Mendel, a primeira incursão relevante ocorreu em 1991, quando quarenta homens das FARC atacaram um destacamento de fronteira brasileiro, situado ao longo do Rio Traíra. O ataque foi respondido com um contra-ataque brasileiro no território colombiano. Em 1996, informações de deslocamento das FARC próximo a Tabatinga-AM mobilizaram cerca de 1.000 soldados para vigilância e controle no entorno de Tabatinga. Em 1999, o aeroporto de Querari foi identificado pela inteligência brasileira como alvo das FARC, desencadeando uma operação preventiva de controle do aeroporto e reforço de 5.000 homens do Comando Militar da Amazônia na região da Cabeça de Cachorro.

Um caso mais polêmico ocorreu em 1998, quando, em um ataque das FARC a Mitú, capital provinciana do Departamento colombiano de Vaupés, o Exército colombiano utilizou o aeroporto

de Querari, a 75 km de Mitú para um ataque à guerrilha com 500 pára-quedistas. No artigo de MENDEL há uma referência à importância do município de Mitú para a entrada de precursores químicos vindos do Brasil que seguiam pelo rio Vaupés. A Força Aérea Brasileira havia autorizado o uso do aeroporto de Querari para o desembarque de feridos, mas não para manobras de ataque, como de fato foi utilizado pelo Exército colombiano, o que gerou protestos verbais do então presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso (PROCÓPIO, 1999: p. 94).

Com a intensificação dos conflitos na década de 90, começaram as ocorrências de choque entre guerrilha e militares brasileiros nas fronteiras. No governo de Itamar Franco, ficou determinado que se mantivessem em sigilo os enfrentamentos. Fernando Henrique aprovou tolerância zero com qualquer incursão guerrilheira, mas indicou que se registrasse os episódios como ocorrência policial. Mais recentemente os conflitos já vêm sendo admitidos.

Em fevereiro de 2002, em Vila Bittencourt, houve troca de tiros entre o 3º Pelotão Especial de Fronteira, que montava uma barreira de inspeção, e os ocupantes de um barco motorizado, supostamente guerrilheiros das FARC.

Em junho de 2004, foi anunciado pelo Comando Militar da Amazônia (CMA) que os guerrilheiros das FARC estavam planejando ataques a posições do Exército Brasileiro na fronteira, para obter materiais bélicos e suprimentos. A ação seria no 2º Pelotão Especial de Fronteira, em Querari. Com as informações da possibilidade de ataque, o CMA reforçou a área na intenção de obter um efeito dissuasivo. Os guerrilheiros estariam posicionados em Jurupari e Montenegro, na Colômbia (ESP, 27/06/2004).

Em maio de 2005, um agente da Polícia Federal trocou tiros com os ocupantes de uma embarcação suspeita que havia resistido à operação de fiscalização na localidade de Cucuí, distrito de São Gabriel da Cachoeira. A suspeita era de que fossem guerrilheiros indo para La Guadalupe, na Colômbia, a 6 km de Cucuí, onde há uma base das FARC (FSP, 28/05/2005).

Em abril de 2006, o Exército brasileiro trocou tiros com quatro suspeitos de pertencerem às FARC, que foram interceptados em uma lancha novamente em Cucuí. Um dos suspeitos foi morto e outro foi interrogado em São Gabriel da Cachoeira, onde negou qualquer envolvimento com a guerrilha. Os supostos guerrilheiros foram presos com armas, munição e uma grande quantidade de dinheiro (FSP, 07/04/2006).

4. Conclusão

A partir de uma breve caracterização do Plano Colômbia e de seu contexto regional, esse estudo possibilitou um maior conhecimento sobre a realidade da Colômbia e de suas fronteiras. A abordagem comparada proposta nesta monografia permitiu, senão uma conclusão definitiva, ao menos uma aproximação de um ‘campo de possibilidades’ para a incidência dos efeitos do conflito colombiano na zona de fronteira entre Brasil e Colômbia, definida pelas características do conflito colombiano nas fronteiras dos demais países e pelo conteúdo específico da zona de fronteira colombo-brasileira.

Sobre o Brasil, podemos concluir que os efeitos territoriais são relativamente pouco expressivos, se comparados aos demais países vizinhos à Colômbia. Porém, tais efeitos podem ser percebidos diferentemente pelas populações na fronteira e pelo governo central, resultando em ações diferentes em escalas local e nacional. Esse diferencial é agravado pelo desconhecimento das dinâmicas fronteiriças e pela predominância de um enfoque de segurança e defesa em relação à fronteira. Nesse sentido, um aprofundamento sobre as recentes mudanças nas políticas e normas do controle territorial efetuado pelo Estado brasileiro pode acrescentar outros elementos para avaliar os efeitos territoriais do Plano Colômbia e das redes ilegais transnacionais que operam na América do Sul.

Bibliografia

- ABREU, G. de S. A segurança do Estado brasileiro diante das ameaças características do limiar do século XXI. In: A Defesa Nacional – Nº 748, 1º Quadrimestre, 2004.
- ÁLVAREZ de F., R. “Violencia política y migración forzada en Colombia. Sus efectos en la frontera colombo-venezuelana”. In: SANDOVAL, J. M. e ÁLVAREZ de F., R. (Org.). Integración y fronteras en América Latina. Mérida [Venezuela]: Editorial Venezolana, 2002
- ANDRADE A., P. “Percepciones hemisféricas de la crisis colombiana: el caso de Ecuador”. In: COLOMBIA Internacional Nº 60: Percepciones hemisféricas sobre la crisis colombiana – Revista do Centro Estudios Internacionales/ Departamento de Ciencia Política. Julio/Diciembre, 2004
- BRASIL, M. C., MOURA, H. A. e SANTOS, C. A. (2000) “Persona non gratae? – A imigração indocumentada no Estado do Amazonas”. In: Migrações internacionais: contribuições para Políticas – Brasil 2000. Brasília: CNPD, 2001.
- CAEI (Centro Andino de Estudios Internacionales). “Diagnóstico de la frontera Ecuador-Colombia”. In: AHUMADA, C. e ANGARITA, T. Conflicto y fronteras en la región andina. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2004

- CAYCEDO T., J. “Una guerra social de la globalización”. In: ESTRADA, J. A. (Org.) Plan Colombia. Ensayos Críticos. Bogotá: Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales. Universidad Nacional de Colombia, 2001
- CEBALLOS, M. e SUÁREZ, H. In: COLOMBIA Internacional N° 60: Percepciones hemisféricas sobre la crisis colombiana – Revista do Centro Estudios Internacionales/ Departamento de Ciencia Política. Julio/Diciembre, 2004.
- CODHES (Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento). Colombia, estados unidos y los países vecinos frente al desplazamiento forzado. Boletín No. 55. – Diciembre/2004. Bogotá: 2004
- CODHES. Situación de conflicto y desplazamiento en las fronteras: el cerco se cierra. Boletín – Julio/2005. Bogotá: 2005.
- CUBIDES D., A. M. “El impacto del 11 de septiembre en la política exterior de Estados Unidos hacia la región andina”. In: AHUMADA, C. e ANGARITA, T. Las políticas de seguridad y sus implicaciones para la región andina. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2005
- FERNÁNDEZ, M. A. et al. “El Plan Colombia y su incidencia en la frontera colombo-venezolana”. In: SANDOVAL, J. M. e ÁLVAREZ de F., R. (Org.). Integración y fronteras en América Latina. Mérida [Venezuela]: Editorial Venezolana, 2002
- KORNBLITH, M. “Percepciones venezolanas sobre la crisis de Colombia”. In: COLOMBIA Internacional N° 60: Percepciones hemisféricas sobre la crisis colombiana – Revista do Centro Estudios Internacionales/ Departamento de Ciencia Política. Julio/Diciembre, 2004
- MENDEL, W. W. A ameaça colombiana à segurança regional. In: Revista do Exército Brasileiro, Vol. 139 – 2º Quadrimestre, 2002
- RETIS / MIN. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira. Brasília: IICA-OEA / Ministério da Integração Regional, 2005.
- PÉCAULT, D. “Conflicto sin frontera”. In: AHUMADA, Consuelo e ANGARITA, Telma. Conflicto y fronteras en la región andina. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2004
- PÉREZ, F. E. O. Actores y elementos en la construcción de una nueva categoría social en Colombia: los Desplazados. In: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona N° 94 (1), 2001
- POUSSA, Carla. “Crisis colombiana: una perspectiva panameña”. In: COLOMBIA Internacional N° 60: Percepciones hemisféricas sobre la crisis colombiana – Revista do Centro Estudios Internacionales/ Departamento de Ciencia Política. Julio/Diciembre, 2004
- PRESIDENCIA DE COLOMBIA. Plan Colombia: Plan for Peace, Prosperity, and the Strengthening of the State. Bogotá: Presidencia de la República, 1999
- PROCÓPIO, A. O Brasil no mundo das drogas. Petrópolis: Vozes, 1999.
- RAMÍREZ, S. “El conflicto colombiano y su interacción con las crisis de los vecinos”. In: Red de Estudios de Espacio y Territorio. Dimensiones territoriales de la paz y la guerra. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2004

- RESTREPO, L. A. “Los países vecinos ante el conflicto colombiano”. In: Red de Estudios de Espacio y Territorio. Dimensiones territoriales de la paz y la guerra. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2004
- ROJAS-PÉREZ, I. “La crisis Colombiana y Perú”. In: COLOMBIA Internacional N° 60: Percepciones hemisféricas sobre la crisis colombiana – Revista do Centro Estudios Internacionales/ Departamento de Ciencia Política. Julio/Diciembre, 2004
- SOBERÓN G., R. “Fronteras y conflictos: realidades intereses y perjuicios”. In: AHUMADA, Consuelo e ANGARITA, Telma. Conflicto y fronteras en la región andina. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2004a
- TICKNER, A. “La securitización de la crisis colombiana: bases conceptuales y tendencias generales”. In: COLOMBIA Internacional N° 60: Percepciones hemisféricas sobre la crisis colombiana – Revista do Centro Estudios Internacionales/ Departamento de Ciencia Política. Julio/Diciembre, 2004
- VARGAS, R. 2003. Drogas, conflicto armado y desarrollo alternativo: una perspectiva desde el Sur de Colombia. Bogotá: Acción Andina Colombia, 2003

Periódicos:

- CORREIO BRAZILIENSE, 23.03.2005
- FOLHA DE SÃO PAULO, 06.11.2003
- FOLHA DE SÃO PAULO, 10.09.2004
- FOLHA DE SÃO PAULO, 28.05.2005
- FOLHA DE SÃO PAULO, 20.08.2005
- FOLHA DE SÃO PAULO, 05.03.2006
- O ESTADO DE SÃO PAULO, 07.09.2003
- O ESTADO DE SÃO PAULO, 25.11.2003
- O ESTADO DE SÃO PAULO, 24.03.2004
- O ESTADO DE SÃO PAULO, 16.04.2004
- O ESTADO DE SÃO PAULO, 27.06.2004
- O ESTADO DE SÃO PAULO, 23.03.2005
- O ESTADO DE SÃO PAULO, 19.08.2005
- O ESTADO DE SÃO PAULO, 21.08.2005
- ZERO HORA, 06.11.2003